



Estratégias de consumo aumentam volume de endividamento

Fim da “taxa das blusinhas” preocupa indústria; plataformas apoiam

Página 3

Número de empregos formais cresce 5% e chega a 59 milhões em 2025

Página 3

OMS descarta indícios de “surto maior” de hantavírus

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse na terça-feira (12) que não há indícios de um surto maior de hantavírus, doença identificada em um navio de cruzeiro que navegava pelo Oceano Atlântico.

“Neste momento, não há indícios de que estejamos presenciando o início de um surto maior. Mas, é claro, a situação pode mudar. E, considerando o longo período de incubação do vírus, é possível que vejamos mais casos nas próximas semanas”, avaliou Tedros, durante coletiva de imprensa.

Segundo o diretor, até o momento, foram relatados 11 casos de hantavírus, incluindo três óbitos. Todos os casos ocorreram entre passageiros ou tripulantes do navio MV Hondius.

Nove dos 11 casos foram confirmados como sendo da cepa Andes, e os outros dois são tratados como prováveis.

“Não houve nenhuma morte desde o dia 2 de maio, quando a OMS foi informada pela primeira vez sobre o surto. Todos os casos suspeitos e confirmados foram isolados e estão sendo acompanhados sob rigorosa supervisão médica, minimizando qualquer risco de transmissão.”

Tedros destacou ainda que os países para os quais os passageiros foram repatriados são responsáveis por monitorar a saúde de cada um deles.

“A OMS está ciente de relatos de um pequeno número de pacientes com sintomas compatíveis com o vírus Andes e estamos acompanhando cada um desses relatos junto aos respectivos países”.

A recomendação da entidade é de que os passageiros do cruzeiro sejam monitorados ativamente em uma instalação de quarentena específica ou mesmo em casa por um período de 42 dias a partir da última exposição, que aconteceu em 10 de maio – ou seja, até 21 de junho.

“Qualquer pessoa que apresentar sintomas deve ser isolada e tratada imediatamente. Nosso trabalho não termina. A OMS continuará trabalhando em estreita colaboração com especialistas em todos os países afetados”, concluiu o diretor. (Agência Brasil)

Governo cria subsídio de até R\$ 0,89 para segurar preço da gasolina



Página 4

Em uma compra habitual no supermercado, posto de gasolina ou na farmácia, o atendente oferece ao consumidor a possibilidade de parcelar a despesa em até três vezes sem juros. O comprador avalia como vantajosa a oferta e concorda em deixar a prazo aquilo que costumava a pagar de uma vez – à vista ou no cartão de crédito.

A cena acima é cada vez mais comum, como observa a socióloga Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). “Estamos vendo

muitas pessoas utilizando o crediário para pagar contas do orçamento mensal.”

O risco de usar o crédito para despesas ordinárias é desorganizar as contas e fazer do crédito um complemento à renda, quando deveria ser um recurso para produtos de vida longa e grande utilidade.

“O crédito é importante porque financia bens de consumo duráveis e bens de maior valor”, pondera Adriana Marcolino que tem por ofício defender políticas públicas e iniciativas financeiras que resultem em maior poder de compra do trabalhador. Página 3

Samarco reabre programa de indenizações por 45 dias

Página 6

Anvisa adia análise de recurso da Ypê contra suspensão de produtos

Página 4

Número de doadores de órgãos tem alta de 33,2% em SP

O Estado de São Paulo registrou aumento de 33,2% no número de doadores de órgãos em 2025. O total passou de 1.023, em 2024, para 1.363 neste ano, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde

de São Paulo.

No mesmo período, a recusa familiar teve queda de 1,3 ponto percentual, resultado que contribui para ampliar o número de transplantes realizados no estado. Página 2

Esporte

Felipe Drugovich corre “em casa” em busca de novos pontos em mais uma rodada dupla da Fórmula E

Após marcar seus primeiros pontos na Fórmula E na primeira semana de maio, Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo) está pronto para um novo desafio em sua primeira temporada completa na categoria mundial dos carros elétricos.

Em sua pista preferida do calendário de 2026, ele buscará repetir o desempenho mostrado no Circuito do Aeroporto Tempelhof, em Berlim, na Alemanha, quando se classificou para os duelos da tomada de tempos da 7ª e da 8ª etapa e se mostrou competitivo para finalizar uma das corridas na zona

de pontuação, em 8º.

“Ficamos felizes com o desempenho do carro em Berlim, especialmente na corrida de domingo, e isso nos deixou bastante animados”, explica o piloto de Maringá (PR), que compete pela equipe americana Andretti Fórmula E. “Evoluímos e espero finalizar as duas provas do final de semana marcando pontos novamente”, completa.

Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo) tem mais um motivo para estar otimista para o duplo compromisso do próximo final de semana: o local das provas.

“Tenho ótimas lembranças de



Felipe Drugovich

Mônaco. Em 2022, ano em que fui campeão da Fórmula 2, venci a prova principal e este foi um resultado muito importante em minha caminhada rumo ao título”, relembrou. “Além disso, Mônaco é atualmente a minha ‘segunda casa’, pois resido lá e é também a minha pista preferida do calendário da Fórmula E”, finalizou.

A rodada dupla da Fórmula E terá transmissão ao vivo na Band TV, no BandSports em TV fechada, no site Band.com.br, no Bandplay em suas plataformas digitais e pelo N Sports e Acelerados, em TV fechada e YouTube.

Goiânia recebe Turismo Nacional com campeonato embolado após Cascavel



▲ última vez que a Turismo Nacional esteve em Goiânia, em 2024

A Turismo Nacional retorna no próximo final de semana, entre os dias 16 e 17

de maio, ao Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia, para a disputa da segunda etapa

da temporada 2026. Após uma abertura movimentada em Cascavel-PR, a categoria mais raiz do automobilismo brasileiro chega ao circuito goiano após ausência em 2025 por conta das reformas do autódromo. O clima é de competição acirrada nas classificações Overall A e B.

A primeira etapa reeditou o já famoso equilíbrio característico da Turismo Nacional, com corridas intensas, pelotão compacto e diferentes vencedores ao longo do fim de semana. As vitórias ficaram nas mãos de Alberto Cattucci, que venceu duas das quatro provas do final de semana; Murilo Fiore, e João Cardoso. Esse retrospecto reforça a expectativa de mais uma rodada marcada por muitas dis-

putas na pista, mas agora em Goiânia.

Na classificação Overall A, Alberto Cattucci lidera com 78 pontos, seguido por Murilo Fiore, 72, e João Cardoso, que soma 67 pontos. A disputa pelo top segue apertada, com Bruno Testa e Nico Dall’Agnol completando o top 5, com 56 e 48 pontos respectivamente.

Já no Overall B, a liderança é dividida por Pietro Nalesso e Rodrigo Gil, ambos com 70 pontos. Guilherme Lima aparece na terceira posição, com 56 pontos, seguido por Maximo Frigério e Johnny Kaumo, que somam 53 e 49 pontos, respectivamente.

Conhecido por ter a maior rota do automobilismo brasileiro, com

1.100 metros de extensão, e curvas de alta velocidade, o circuito de Goiânia é considerado o mais seguro do Brasil e é uma constante na lista de pistas preferidas dos pilotos. Com um grid numeroso e competitivo, a Turismo Nacional chega à segunda etapa da temporada com a promessa de manter o alto nível técnico apresentado na abertura do campeonato.

Transmissão

Todas as corridas da Turismo Nacional serão transmitidas ao vivo pelo BandSports, na TV por assinatura, e na internet, pelos canais do YouTube do Terra, Esporte na Band e Turismo Nacional.

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,90
Venda: 4,90

Turismo
Compra: 4,92
Venda: 5,10

EURO

Compra: 5,74
Venda: 5,74

Número de doadores de órgãos tem alta de 33,2% em São Paulo

O Estado de São Paulo registrou aumento de 33,2% no número de doadores de órgãos em 2025. O total passou de 1.023, em 2024, para 1.363 neste ano, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

No mesmo período, a recusa familiar teve queda de 1,3 ponto percentual, resultado que contribuiu para ampliar o número de transplantes realizados no estado. Em números absolutos, 2025 atingiu 8.875 transplantes, o que representou 564 transplantes a mais em relação a 2024, quando o Estado registrou 8.311.

São Paulo concentra a maior rede transplantadora do país e lidera a realização de transplantes no Brasil. No último ano, a Cen-

tral Estadual de Transplantes registrou 5.886 de cómea, 2.031 de rim, 685 de fígado, 148 de coração, 68 de rim e pâncreas, 48 de pulmão e 15 de pâncreas.

“O aumento no número de doadores é resultado de um trabalho contínuo de capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde em todo o estado, aliado à maior conscientização da população sobre a importância da doação de órgãos, contribuindo para que mais vidas sejam salvas”, afirma o coordenador da Central de Transplantes, Francisco de Assis Monteiro.

Hoje, 28.852 pacientes aguardam por um transplante em São Paulo. Para facilitar o acesso às informações, a SES-SP disponi-



Recusa familiar recusa familiar teve queda de 1,3 ponto percentual

biliza no aplicativo Poupartem, por meio do programa Saúde Digital Paulista, uma ferramenta que permite ao paciente acompanhar o andamento do cadastro e sua posição na fila de transplantes.

A SES-SP também ampliou em 80% os valores pagos pela Tabela SUS Paulista para sete procedimentos relacionados à captação de órgãos para transplantes. O modelo garante repasses maiores para hospitais e instituições filan-

tropicas, que podem receber até cinco vezes o valor previsto na tabela federal por procedimento.

Aviação solidária

O Governo de São Paulo mantém campanhas de conscientização em diferentes canais para sensibilizar a população sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. A autorização familiar é essencial para que a doação seja efetivada.

Entre as iniciativas da gestão está o TransplantAR Aviação Solidária, programa lançado em setembro de 2024 para acelerar o transporte de equipes médicas e de órgãos destinados a transplantes.

Pela iniciativa, proprietários de aeronaves privadas podem doar horas de voo para apoiar a logística de captação e transporte de órgãos em todo o país. Desde a criação, o programa realizou 106 voos e contribuiu para a captação de 99 órgãos.

O TransplantAR não gera custos aos cofres públicos. A seleção dos proprietários de aeronaves interessados em participar da iniciativa é feita pelo Instituto Brasileiro de Aviação (IBA).

Helicópteros, turbohélices e jatos particulares autorizados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) podem ser utilizados de forma voluntária. A agilidade no transporte é decisiva para órgãos como coração e pulmão, que precisam ser transplantados em até quatro horas após a captação, e fígado, cujo prazo

é de até 12 horas.

Em 2025, o TransplantAR venceu a categoria Justiça e Cidadania da 22ª edição do Prêmio Inovare, que reconhece iniciativas voltadas ao fortalecimento da cidadania e à inovação em políticas públicas.

Como funciona a doação de órgãos

A Central de Transplantes segue normas estabelecidas por lei para identificar os possíveis receptores de cada órgão doado. O processo considera critérios como tipagem sanguínea, dados antropométricos entre doador e receptor, compatibilidade genética e priorização de pacientes em estado grave.

No caso dos pacientes que precisam de transplante, a inscrição é feita pela equipe médica responsável junto ao Sistema Estadual de Transplantes de São Paulo, que gerencia o processo de doação e transplante em interação com o Sistema Nacional de Transplantes. (Governo SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Servidores públicos municipais, especialmente professores(as), seguem se manifestando contra vereadores e vereadoras que não apoiam suas reivindicações. Atacam fortemente a maioria dos(as) governistas

PREFEITURA (São Paulo)

Servidores públicos municipais, especialmente professores(as), seguem se manifestando contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que não apoia suas reivindicações. Atacam fortemente também o vice Mello (PL)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Áudio vazado sobre o senador Bolsonaro (PL) ter ligações com Daniel Vrcaro [preso pelos roubos via banco Master] motivou oposições na ALESP atacarem o governador Tarcísio (Republicanos), amigo da família

GOVERNO (São Paulo)

Áudio vazado sobre o senador Bolsonaro (PL) ter ligações com Daniel Vrcaro [preso pelos roubos via banco Master] motivou o governador Tarcísio (Republicanos) seguir apoiando a candidatura presidencial

CONGRESSO (Brasil)

Áudio vazado sobre o senador Bolsonaro (PL) ter ligações com Daniel Vrcaro [preso pelos roubos via banco Master] motivou o deputado Kataguiri (Missão - SP) pedir a cassação do candidato à Presidência

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Usando a máquina pública, muito mais que em 2006 [uso contra seu atual vice Alckmin], Lula (dono do PT) aposta até no "combate ao crime organizado", passando por "colaboração" com USA do Trump

PARTIDOS (Brasil)

De volta ao PSDB, Ciro Gomes acabou optando por disputar o governo do Ceará, dizendo não ao debate federal (MG) Acácio Neves, dono do que sobrou [após João Doria] sobre disputar a Presidência

JUSTIÇAS (Brasil)

Mais uma vez o advogado Marcelo Rosa [membro da comissão eleitoral na OAB SP] acertou, antecipando que o TSE entenderia que uma fusão cria um partido totalmente novo, sujeito a quarentena legal

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviara em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito" João 14:26

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Operação conjunta entre Prefeitura e Estado apura sonegação de R\$ 15 milhões em estacionamentos da capital

Para combater fraudes tributárias no setor de estacionamentos, a Prefeitura de São Paulo e a Polícia Civil iniciaram na quarta-feira (13/05) a Operação Vagas Limitadas. A ação, com apoio logístico da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado, apura indícios de irregularidades envolvendo três grupos econômicos com atuação na capital paulista. As investigações apontam possível omissão sistêmica de receitas e práticas destinadas à redução artificial da carga tributária, com prejuízo estimado em aproximadamente R\$ 15 milhões aos cofres públicos.

O secretário municipal da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano,

destacou a relevância da integração institucional para o enfrentamento de ilícitos tributários complexos. "O combate à fraude tributária exige atuação cada vez mais integrada entre órgãos de fiscalização, investigação e controle. Operações conjuntas fortalecem a capacidade do poder público em proteger a concorrência leal e essa cooperação será ainda mais importante no contexto da Reforma Tributária, que demandará maior articulação interinstitucional e inteligência compartilhada", disse.

As medidas judiciais foram cumpridas simultaneamente em diferentes endereços ligados aos grupos investigados, no âmbito

de ação coordenada entre os órgãos participantes.

O subsecretário da Receita Municipal, Thiago Salvioni, ressaltou a importância estratégica das ações de inteligência fiscal. "A utilização de técnicas de inteligência fiscal e o trabalho coordenado entre instituições permitem maior efetividade no enfrentamento de fraudes estruturadas. A atuação integrada amplia a capacidade de análise, investigação e recuperação de créditos tributários, além de reforçar a percepção de risco para práticas ilícitas de alta complexidade".

A Operação Vagas Limitadas integra um conjunto de ações

voltadas ao fortalecimento da conformidade tributária, à modernização das atividades de fiscalização e à ampliação da cooperação entre instituições públicas no combate à fraude e à sonegação fiscal. A primeira fase representa parte de um conjunto mais amplo de ações voltadas ao setor de estacionamentos: a partir dos elementos já levantados, encontram-se em andamento outras investigações fiscais envolvendo diferentes grupos econômicos do mesmo segmento, com foco na identificação de práticas semelhantes e na ampliação das ações de conformidade tributária. (Prefeitura de SP)

Saúde Digital Paulista amplia acesso à assistência e estudo aponta viabilidade da tele saúde nos três níveis do SUS

A tele saúde ampliou o acesso a consultas, exames e acompanhamento especializado em 47 municípios paulistas, aponta estudo da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP). Implementada pelo programa Saúde Digital Paulista, a iniciativa alcançou 52 unidades de saúde e demonstrou viabilidade para fortalecer a assistência em diferentes níveis de atenção do SUS, entre abril e dezembro de 2024.

No período, foram realizados mais de 23 mil atendimentos, beneficiando mais de 13 mil pacientes em diferentes frentes assistenciais, desde atendimentos de baixa complexidade na Atenção Primária até discussões de casos críticos em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

Os resultados do levantamento, publicado no periódico científico JMIR Formative Research, apontam altos índices de satisfação entre usuários e profissionais da saúde. Na Atenção Primária à Saúde (APS), representada por 30 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o índice de satisfação dos pacientes alcançou 97 pontos em uma escala de 0 a 100.

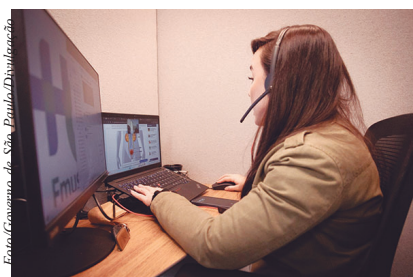
A iniciativa foi estruturada com base em três pilares: teleatendimentos, capacitação contínua das equipes e monitoramento sistemático de indicadores. O modelo contemplou os três níveis de atenção à saúde.

Na Atenção Primária, o foco esteve em teleconsultas, discussões de casos clínicos e suporte entre profissionais das unidades locais e médicos de família e comunidade. Já na Atenção Secundária, quatro Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES) passaram a oferecer suporte remoto em nove especialidades de alta demanda. Na Atenção Terciária, 18 hospitais públicos receberam apoio especializado para discussão de casos de UTI entre intensivistas remotos e equipes locais.

Para garantir a padronização dos processos e a segurança assistencial, a iniciativa também contou com um programa contínuo de capacitação das equipes, realizado em modalidades presenciais, síncronas e assíncronas. Os profissionais receberam treinamento para utilização da plataforma institucional de teleconferência e aplicação de protocolos clínicos específicos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“Os achados sugerem que a tele saúde é uma estratégia viável em todos os níveis de cuidado, mesmo quando implementada em escala limitada, contribuindo para a expansão do acesso e da cobertura dos serviços”, afirma o diretor da Saúde Digital do HCFMUSP e um dos autores do estudo, Carlos Carvalho.

A iniciativa utilizou infraestrutura tecnológica acessível, composta por computadores, webcams, microfones e conexão estável à internet, demonstrando que soluções digitais podem gerar impacto relevante na assistência. O modelo também é considerado escalável e adaptável para outras regiões do país, favorecendo a integração da jornada do paciente no SUS.



O programa Saúde Digital

Paulista integra a estratégia do Governo de São Paulo para ampliar o acesso à saúde especializada, reduzir distâncias e fortalecer o atendimento regionalizado por meio da transformação digital da assistência em saúde. Desde 2024, o programa tem avançado de maneira significativa na implementação de soluções inovadoras para ampliar o acesso à saúde aos pacientes de todas as regiões do estado. A iniciativa conta com cinco serviços de tele saúde, sendo eles: TeleAPS, TeleSAP, AME Digital, TeleUTI e TeleAVC, registrando mais de 151 mil atendimentos nos cinco serviços. (Governo de SP)

Programa da Prefeitura alcança R\$ 1 milhão em vendas de afroempreendedores na capital

Empreendedores negros da capital lucraram R\$ 1 milhão em vendas por meio do programa São Paulo Afroempreendedor, que promove a participação em feiras, festivais e grandes ações realizadas na capital. Presente em mais de 50 eventos na cidade, a iniciativa da Prefeitura de São Paulo resultou atualmente em mais de 2,8 mil inscrições, sendo cerca de 2.161 mulheres.

Desde 2022, o programa ampliou a inserção de empreendedores negros em grandes eventos de cidade, promovendo geração de renda, fortalecimento de

négocios e valorização da cultura afro-brasileira.

Entre os principais destaques está a Expo Internacional Dia da Consciência Negra, evento voltado à ancestralidade e à valorização da população negra na cidade, que movimentou cerca de R\$ 420 mil em vendas em uma única edição.

“Participar das feiras por meio do São Paulo Afroempreendedor transformou a realidade do meu negócio. Além de dar mais visibilidade à minha marca de chocolates, consegui aumentar as vendas, conquistar novos clientes e

fortalecer meu trabalho como empreendedora. Em sete eventos, alcancei mais de R\$ 23 mil em faturamento, resultado que mostra o quanto iniciativas como essa geram oportunidades reais para quem quer crescer e empreender”, declara a afroempreendedora Caroline Ramos.

Além de fomentar negócios, a iniciativa também promove inclusão produtiva, capacitação e criação de redes de contato, fortalecendo a cadeia produtiva da população afrodescendente na capital.

“Alcançar a marca de R\$ 1

milhão em comercialização mostra a força, a criatividade e o potencial do empreendedorismo negro de São Paulo. O programa São Paulo Afroempreendedor vai além da geração de renda: ele cria oportunidades, amplia a visibilidade dos empreendedores e fortalece uma rede que movimenta a economia, valoriza a ancestralidade e transforma realidades por meio do trabalho e da inclusão produtiva”, destaca Rodrigo Goulart, secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. (Prefeitura de SP)

Estratégias de consumo aumentam volume de endividamento

Em uma compra habitual no supermercado, posto de gasolina ou na farmácia, o atendente oferece ao consumidor a possibilidade de parcelar a despesa em até três vezes sem juros. O comprador avalia como vantajosa a oferta e concorda em deixar a prazo aquilo que costumava a pagar de uma vez — à vista ou no cartão de crédito. A cena acima é cada vez mais comum, como observa a socióloga Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). “Estamos vendo muitas pessoas utilizando o credenciário para pagar contas do orçamento mensal.”

O risco de usar o crédito para despesas ordinárias é desorganizar as contas e fazer do crédito um complemento à renda, quando deveria ser um recurso para produtos de vida longa e grande utilidade.

“O crédito é importante porque financia bens de consumo duráveis e bens de maior valor”, pondera Adriana Marcolino que tem por ofício defender políticas públicas e iniciativas financeiras que resultem em maior poder de compra do trabalhador.

Ansiiedade de consumo

A oferta fácil de crédito pode agravar a “ansiiedade de consumo”, alerta a economista Katherine Hennings, pesquisadora associada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e analista da BRCC Consultoria. “Nós temos um comportamento que é de tentar antecipar ao máximo o que a gente consegue consumir”, diagnostica.

Segundo ela, o modo de agir não é restrito a determinada faixa de renda nem está ligado ao consumo de produtos indispensáveis. A decisão de comprar acaba por responder aos “estímulos” da propaganda, seja nos anúncios dos meios tradicionais ou nas recomendações dos influenciadores na internet.

“Há diversos apelos à compra, e as pessoas têm acesso ao crédito



Foto: Jooelton Alves/Agência Brasil

to, o que viabiliza anteciparem o consumo”, descreve a economista. Diante da TV ou da tela do computador sobra oferta, mas falta explicação sobre os efeitos da ansiiedade de comprar. “Essa parte, menos glamorosa, é fazer as contas não está sendo feita.”

Parcelas cabem no orçamento?

A consequência de não fazer as contas é se comprometer com mais do que pode e ter que utilizar formas de financiamento com os juros mais altos do mercado, como o cheque especial, o parcelamento direto na operadora de cartão de crédito ou o rotativo do cartão — quando o cliente paga apenas parte da fatura.

De acordo com o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fabio Bentes, o consumidor precisa levar em consideração os custos de assumir essas dívidas antes da decisão de comprar. Precisa verificar quanto vai pagar de juros ao comprar parcelado.

“O brasileiro sabe pesquisar o preço de um produto no comércio. Consegue comparar o preço de um item de vestuário, de um eletrodoméstico, ou de um produtor eletroeletrônico. Mas, na hora de tomar o financiamento, tem o hábito de simplesmente verificar se é possível acomodar a prestação dentro do orçamento.”

Crédito não é renda

Outro erro do consumidor bra-

silheiro é raciocinar que o limite do cheque especial ou do cartão de crédito se soma a sua renda, acrescenta a economista Isabela Tavares, responsável pelo acompanhamento de crédito e endividamento da Consultoria Tendências.

“Precisamos entender que o limite do cartão de crédito não é uma renda extra. Temos que conseguir pagar o cartão de crédito com o salário que recebemos no final do mês. Quem ganha R\$ 5 mil e tem um limite também de R\$ 5 mil não tem renda de R\$ 10 mil”, lembra a economista.

Educação financeira

Isabela Tavares, assim como Fabio Bentes e Katherine Hennings, acha necessário que haja mais educação financeira da população para decidir sobre o que, quando e como gastar.

Esse é o trabalho do planejador financeiro Carlos Castro, que criou uma plataforma na internet para fazer educação financeira (SuperRico) e atua em uma associação (Planejar) que forma profissionais para fazer o trabalho de orientação pessoalmente.

Castro elaborou uma cartilha e criou uma calculadora para ajudar as pessoas decidirem como aderir ao Desenrola 2, e se devem usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fazer o refinanciamento proposto no programa do governo federal.

Para ele, o programa é de emergência, “uma medida de curto prazo”, mas a solução do problema é mais estrutural. “É vital que o brasileiro volte a se endividar, e continue no mesmo nível de endividamento que temos hoje.”

Inadimplência de 81,7 milhões

De acordo com o Banco Central, a inadimplência das famílias em março no Sistema Financeiro Nacional chegava a R\$ 238,5 bilhões — 5,3% do crédito total cedido a elas (R\$ 4,5 trilhões). O dado não contempla todos os credores como o comércio e prestadores de serviço.

Na proporção, o percentual do volume do pagamento de empréstimos em atraso pode parecer pequeno. Mas, quando são considerados indicadores sobre a quantidade de pessoas com dívidas não quitadas, os números se tornam mais superlativos.

Conforme a Serasa Experian, 81,7 milhões de pessoas estão inadimplentes. Segundo a empresa, a maior parte da dívida em atraso (47,1%) é para bancos e financeiras. De cada 100 devedores, 78 recebem até dois salários mínimos como faixa de renda.

As pessoas com salários mais baixos estão mais vulneráveis a tomar empréstimos ou a fazer dívidas mais caras.

“São pessoas que têm notas de crédito de score mais baixo. Não conseguem, por exemplo, crédito consignado [de juros menores porque é descontado em folha] pois não têm um emprego formal. Assim acabam recorrendo a empréstimos não consignados, cheque especial, ou o rotativo do cartão”, explica Isabel Tavares, da Consultoria Tendências.

Para Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese, o efeito dessas opções de crédito é “drenar uma parte da renda do trabalho para o sistema financeiro. Quanto maiores os juros, maior a parte que vai ficar para o banco.” (Agência Brasil)

Brasil fecha 2025 com aumento de 5% no estoque de empregos

O Brasil fechou o ano de 2025 com um aumento de 5% no estoque de empregos formais, na comparação com 2024. O país fechou o ano passado com 59,971 milhões de trabalhadores com emprego formal.

Desse total, 46,128 milhões são celetistas; 12,657 milhões estatutários e trabalhadores em organizações sem fins lucrativos, sindicatos, pessoa física rural, entre outros, somaram 1,186 milhão.

As informações constam da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) divulgada na quarta-feira (13) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

“Apresentamos recentemente o menor índice de desemprego da história. Estamos num momento bom, apesar dos juros altos. Estamos no rumo certo. Poderíamos estar em uma situação melhor se não fossem os juros praticados”, disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ao divulgar os números.

O principal setor responsável pelo estoque de empregos foi o de Serviços, com 35,695 milhões, uma alta de 7,2% em relação a 2024. Na sequência, vem o Comércio, com crescimento de 1,7% e 10,487 milhões de empregos, e a Indústria com 9,017 milhões e um crescimento também de 1,7%.

A construção somou 2,57 milhões de empregos, registrando uma alta de 2,5%, e a agropecuária, com 1,812 milhões de empregos e um crescimento de 1,6%.

No setor de serviços, a administração pública mostrou crescimento de 15,2% no número de empregos, com 1.483.555 vínculos. A maior parte desse crescimento ficou concentrada nos municípios, com 18,2% (1,182 milhões vínculos) e nos governos estaduais, de 10,3% (408,018 vínculos).

Houve aumentos expressivos na educação, com alta de 6,2% ou 212.611 vínculos, e de menor intensidade na saúde humana, com 4,2% ou 142.598

vínculos.

Apesar do aumento no estoque de empregos, a Rais mostrou que houve uma ligeira queda na remuneração média, de 0,5% na mesma base de comparação, chegando a R\$ 4.434,38 em 2025.

A Rais é divulgada anualmente e apresenta informações sobre todos os estabelecimentos formais e vínculos celetistas e estatutários no Brasil. Segundo os dados, o número de estabelecimentos com empregados passou de 4,7 milhões para 4,8 milhões, um crescimento de 2,1%.

Os números mostram ainda que entre as regiões, o crescimento relativo foi mais intenso nas regiões Nordeste, de 10,1%, com 1.076.603 vínculos criados; depois vem a Norte com crescimento de 10,1% e 354.753 vínculos; a Centro-Oeste, com alta de 5,7% e 322.513 vínculos.

A Região Sudeste, com o crescimento de 2,9% e 807.240 vínculos, e a Sul, com alta de 2,9% e 285.514 vínculos, também tiveram aumentos absolutos expressivos.

A distribuição do emprego formal permaneceu concentrada na Região Sudeste (47,4%), seguida pela Região Nordeste (19,5%) e pela Região Sul (16,8%).

Entre as Unidades da Federação, o maior crescimento relativo do estoque de empregos em comparação a 2024 foi registrado no Amapá, com um crescimento de 20,5% e 31.396 vínculos; no Piauí, com alta de 13,2% e 74.244 vínculos; em Alagoas, cujo crescimento foi de 13%, gerando 81.633 vínculos; e na Paraíba, com 12,9% e 103.278 vínculos.

Em variação absoluta, os maiores crescimentos foram em São Paulo de 2,3% (357.493 vínculos), na Bahia, com 9,7% (266.035 vínculos), em Minas Gerais, crescimento de 3,7% (224.876) e no Ceará, com aumento de 10,6% (195.462 vínculos). (Agência Brasil)

Fim da “taxa das blusinhas” preocupa indústria; plataformas apoiam



Foto: Vinícius Fialho/Agência Brasil

A decisão do governo federal de zerar o imposto de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecida como “taxa das blusinhas”, provocou reação imediata de entidades da indústria e do varejo e das plataformas de comércio internacional.

A medida foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e passa a valer a partir desta quarta-feira (13), mantendo apenas a cobrança de 20% do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual, sobre as encomendas.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que a medida cria uma vantagem para fabricantes estrangeiros em detrimento da produção nacional. Em nota, a entidade declarou que a decisão representa “uma vantagem concedida a indústrias estrangeiras em detrimento do setor produtivo nacional”.

A CNI avalia que o impacto será maior sobre micro e pequenas empresas e poderá provocar perda de empregos.

Em nota, o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) informou que a revoga-

ção amplia a desigualdade tributária entre produtos nacionais e importados. A entidade alertou para o risco de redução nas vendas do varejo brasileiro, sobretudo entre pequenas e médias empresas, diante da concorrência com produtos importados. De acordo com o IDV, a medida pode provocar queda na reposição de estoques, afetar a indústria nacional e levar ao fechamento de fábricas ou transferência de produção para países vizinhos.

Segundo a entidade, após a criação da tributação sobre compras internacionais, o varejo registrou a abertura de 107 mil empregos no primeiro ano, além de aumento de investimentos e produtividade. “O fim do imposto de importação na venda cross border acarretará riscos para a economia, cujas consequências poderão comprometer a viabilidade das empresas e o emprego de milhares de trabalhadores”, concluiu o instituto.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) classificou a revogação da cobrança como “extremamente equivocada”. Segundo a entidade, a medida

amplia a desigualdade tributária entre empresas brasileiras e plataformas internacionais.

“É inadmissível que empresas brasileiras arquem com elevada carga tributária, juros reais altíssimos e custos regulatórios enquanto concorrentes estrangeiros recebem vantagens ainda maiores para acessar o mercado nacional”, afirmou a Abit.

A associação também argumentou que a decisão pode afetar a arrecadação pública. Dados da Receita Federal apontam que, entre janeiro e abril de 2026, o imposto arrecadou R\$ 1,78 bilhão, alta de 25% em relação ao mesmo período do ano passado.

A Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex) disse “repudiar com veemência” o fim da tributação. Para a entidade, a medida representa “um grave retrocesso econômico e um ataque direto à indústria, ao varejo nacional e aos 18 milhões de empregos gerados no Brasil” e pode “penalizar as empresas brasileiras, especialmente as micros e pequenas, que produzem, empregam e sustentam a arrecadação do país”.

A entidade defendeu a criação de medidas compensató-

rias para evitar fechamento de empresas e perda de postos de trabalho.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria também criticou a decisão.

“Não existe competitividade quando o empresário brasileiro paga impostos altos e o produto importado entra sem tributação. Isso prejudica empregos, produção nacional e o comércio formal”, declarou o presidente da frente, deputado Júlio Lopes (PP-RJ).

Apoio das plataformas

Na direção oposta, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) comemorou o fim da cobrança.

A entidade, que reúne empresas como Amazon, Alibaba, Shein e 99, afirmou que a tributação era “extremamente regressiva” e reduzia o poder de compra das classes C, D e E.

Segundo a Amobitec, a chamada “taxa das blusinhas” aprofundava a desigualdade social no acesso ao consumo e não cumpriu a promessa de fortalecer a competitividade da indústria nacional.

Fim da cobrança

A cobrança de 20% havia sido criada em 2024 no âmbito do programa Remessa Conforme, voltado a regulamentar compras internacionais em plataformas como Shein, Shopee e AliExpress.

Para compras acima de US\$ 50, segue mantida a tributação de 60%.

No ato de assinatura da MP que acaba com o imposto, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, explicou que foi possível zerar o imposto após três anos de combate ao contrabando e maior regularização do setor. (Agência Brasil)

Conselho Monetário adia para 2027 bloqueio a crédito rural para produtores com desmatamento

O Conselho Monetário Nacional (CMN) adiou para 2027 o início de uma norma que pretende bloquear a concessão de crédito rural a fazendas com desmatamento. A decisão foi comunicada na terça-feira (12), após entidades do agronegócio pressionarem pela flexibilização.

A nova regra exige que os bancos verifiquem se houve corte de vegetação após 31 de julho de 2019 para conceder empréstimos a produtores agropecuários com juros subsidiados pela União. A checagem será baseada em imagens de satélite do sistema Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que mede a taxa anual de desmate no Brasil.

A norma havia entrado em vigor em 1º de abril, com prazos escalonados: inicialmente, apenas imóveis com área superior a quatro módulos fiscais seriam fiscalizados, e propriedades com até quatro módulos fiscais passariam a ser monitoradas em 2027.

Agora, o CMN definiu que a exigência só começará a valer em 4 de janeiro de 2027, para imóveis maiores que 15 módulos fiscais. Fazendas com área entre 4 e 15 módulos fiscais deverão ser

verificadas depois de 1º de julho de 2027, enquanto imóveis com até 4 módulos fiscais entrarão na regra em 3 de janeiro de 2028.

O Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) disse, em nota, que o adiamento pretende assegurar a concessão de crédito rural aos produtores rurais que estão em conformidade com a lei.

“A dilação do prazo conforme proposto nesse voto está associada não apenas à necessidade de preparação dos produtores rurais, mas também ao aprimoramento dos procedimentos operacionais dos diversos entes envolvidos no processo de regularização ambiental da propriedade rural”, afirmou a pasta.

A norma do CMN, composto pelo Banco Central e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, virou assunto na Justiça. No último dia 15, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) havia aberto uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para pedir a suspensão das regras.

“A decisão representa um alívio temporário para o produtor rural brasileiro”, afirmou a confederação em postagem nas redes sociais. (Folhapress)

Uso de IA na saúde chega a 18% dos estabelecimentos do país

TSE faz novos testes de segurança na urna eletrônica



Especialistas em tecnologia da informação retomaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na quarta-feira (13) para fazer o teste de confirmação das propostas que sugeriram em dezembro para aprimorar a segurança da urna eletrônica.

Até a próxima sexta-feira (15), os pesquisadores realizarão novos testes em busca de possíveis vulnerabilidades nos equipamentos.

A primeira fase de teste ocorreu entre os dias 1º e 5 de dezembro. De acordo com o TSE, os especialistas não encontraram inconsistências relevantes

e garantiram que a segurança do sistema de votação continua íntegra. Ainda assim, foram feitas diversas sugestões para aprimorar o sistema eletrônico de votação.

Os investigadores agora vão validar se as propostas foram de fato implementadas pela Justiça Eleitoral. Uma das principais preocupações, por exemplo, é reforçar a integridade e o sigilo do voto.

O primeiro turno das eleições de 2026 será em 4 de outubro. O segundo turno está previsto para 25 de outubro. (Agência Brasil)

A utilização de inteligência artificial (IA) no setor da saúde já atinge 18% dos estabelecimentos brasileiros de atendimento — 11% dos públicos e 25% dos privados.

Os dados, divulgados na terça-feira (12), referem-se a 2025, e são da 12ª edição da pesquisa TIC Saúde, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que entrevistou 3.270 gestores de estabelecimentos de saúde no país.

O levantamento é organizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) — departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

“Nos últimos anos, observamos uma rápida disseminação das tecnologias de Inteligência

Artificial. Por isso, tornou-se importante ampliar a investigação para compreender como essas tecnologias vêm sendo incorporadas pelo conjunto dos estabelecimentos de saúde”, explica o gerente do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Alexandre Barbosa.

Segundo a pesquisa, as principais aplicações de IA no setor de saúde brasileiro são:

- Organizar os processos clínicos e administrativos (45% dos estabelecimentos);
- Melhorar a segurança digital (36%);
- Melhorar a eficiência dos tratamentos (32%);
- Auxiliar na logística (31%);
- Apoiar a gestão de recursos

humanos ou recrutamento (27%);

- Auxiliar nos diagnósticos (26%);
- Auxiliar na dosagem dos medicamentos (14%).

Desafios

De acordo com o levantamento, a adoção de IA no país ainda enfrenta obstáculos significativos. Nos hospitais com mais de 50 leitos, por exemplo, os gestores apontam custos elevados (63%), falta de priorização institucional (56%) e limitações relacionadas a dados e capacitação (51%) para a adoção da nova tecnologia.

“O avanço do uso da IA na saúde exige profissionais qualificados para que essa tecnologia seja aplicada de forma segura e

responsável. Além disso, a consolidação de diretrizes e marcos regulatórios é fundamental para sustentar a adoção ética da IA em um setor que lida com informações sensíveis e impacta diretamente no cuidado com os pacientes”, destaca a coordenadora de projetos de pesquisas do Cetic.br, Luciana Portillo.

O levantamento mostra ainda que 9% dos estabelecimentos utilizam internet das coisas; e 5%, tecnologia robótica com uso de internet.

Serviços online disponibilizados aos pacientes, como a visualização de resultados de exames, foram oferecidos por 39% dos estabelecimentos; o agendamento de consultas, por 34%; e o de exames, por 32%. (Agência Brasil)

Samarco reabre programa de indenizações por 45 dias

A mineradora Samarco inicia uma nova etapa do Programa Indenizatório Definitivo (PID), por 45 dias, com a plataforma aberta de 18 de maio a 1º de julho.

As pessoas que perderam o prazo para correção de documentos, para aceite de proposta ou que recusaram a proposta indenizatória, terão os requerimentos reativados e os prazos para manifestação serão comunicados ao advogado via sistema.

A reabertura foi solicitada pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministérios Públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo e defensorias públicas da União e dos dois estados.

O pedido foi feito no momento de finalização das análises dos requerimentos apresentados anteriormente.

Programa

O PID é uma das opções disponíveis para o ressarcimento das vítimas do rompimento da barragem de Mariana, em novembro de 2015.

Cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos — volume suficiente para encher 15,6 mil piscinas olímpicas — escorram por 663 quilômetros da Baía do Rio Doce até encontrar o mar no Espírito Santo. É considerado um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil.

A tragédia deixou 19 mortos. Os distritos mineiros de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram destruídos pela enxurrada.

Houve impactos ambientais e as populações de dezenas de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo foram afetadas.

A barragem pertencia à mineradora Samarco, uma joint venture (parceria empresarial) entre a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton.

Indenizações

No âmbito do Novo Acordo do Rio Doce, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2024, até março de 2026 mais de 303 mil indenizações foram pagas pelo PID.

O valor da indenização é de R\$ 35 mil por pessoa física ou jurídica elegível.

Além de garantir indenizações individuais diretas às pessoas e empresas elegíveis, o programa também prevê o investimento de R\$ 11,2 bilhões diretamente nas comunidades.

Os critérios para participar do PID são os mesmos estabelecidos no Novo Acordo do Rio Doce:

Ter mais de 16 anos na data do rompimento — em 5 de novembro de 2015;

Ter solicitado cadastro na extinta Fundação Renova até 31 de dezembro de 2021, ou ter ação judicial ajuizada até 26 de outubro de 2021, ou ter ingressado no sistema Novel até 29 de setembro de 2023, desde que não tenha sido celebrado acordo no Programa de Indenização



Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

Mediada (PIM) ou no Novel;

Apresentar comprovante de residência (de qualquer data) nas localidades do acordo, documento de identificação com CPF (para requerimentos apresentados por pessoas físicas) e procuração válida outorgada a advogado particular ou declaração de outorga de poderes à Defensoria Pública.

É possível consultar se está apto a ingressar no PID e obter outras informações sobre a indenização pelo site da Samarco.

Revisão dos prazos

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os prazos desfeitos e outros benefícios são curtos e acaba não beneficiando todos aqueles que devem ser contemplados com as indenizações.

“Enquanto as mineradoras podem abrir e fechar, dar prazo do jeito que elas decidem, os atingidos cobram da mesa de monitoramento da repactuação que novos prazos que beneficiam os atingidos também sejam revisados, por exemplo, como o prazo para o aceite do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para o acesso ao programa de transferência de renda”, explica um dos coordenadores nacionais do MAB Thiago Alves.

Esse prazo foi encerrado em 6 de março de 2025. “Foi um prazo muito pequeno para os atingidos terem acesso ao programa”, disse o coordenador.

“A luta do MAB é para que esse prazo seja revisado para mais famílias serem incluídas nesse programa”, afirmou. (Agência Brasil)

Senado aprova MP da renovação automática da CNH para bons condutores



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

O Senado aprovou na terça-feira (12) a Medida Provisória (MP) 1327/25, que prevê, entre outros pontos, a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para inscritos no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), o chamado cadastro dos bons condutores.

O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O RNPC oferece benefícios aos motoristas que não cometeram infrações de trânsito sujeitas à pontuação nos últimos 12 meses. Entre os benefícios estão descontos em tributos, pedágios, estacionamentos e seguros, além de prever a renovação sem custos da carteira de motorista.

Pela proposta, aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, condutores com mais de 50 anos e menos de 70 terão direito à renovação automática apenas uma vez. Já os motoristas com 70 anos ou mais e os que têm a validade da CNH reduzida por recomendação médica não receberão o benefício.

Além da renovação automática, o texto aprovado trata de outras mudanças no Código de Trânsito Brasileiro. Entre outros pontos, permite a emissão física ou digital da CNH, a critério do condutor.

O texto mantém exames médicos de aptidão física e mental e avaliação psicológica, no processo de renovação da habilitação. No entanto, prevê a definição de um preço público fixado por órgão de trânsito da União para esses exames. Os valores terão atualização anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O relator na comissão mista que analisou a MP, senador Renan Filho (MDB-AL), classificou o avanço as alterações propos-

tas.

“As mudanças representam um importante avanço no processo de modernização, racionalização e redução de custos adotados ao sistema brasileiro de habilitação de condutores”, afirmou Renan Filho no parecer sobre o texto.

Ao defender o seu relatório no plenário, o senador apontou que a medida vai desburocratizar ainda mais o processo de habilitação.

“Mantivemos a renovação automática para o bom condutor e se ele não cometer infração, não precisará se preocupar com o Estado. Só vai precisar fazer o exame”, disse.

Dores crônicas

Os senadores aprovaram ainda o Projeto de Lei (PL) 336/2024, que estabelece diretrizes básicas para o atendimento das pessoas com dor crônica no Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto diz que caberá aos órgãos competentes determinar a forma da regulamentação das regras, com informação prévia acerca dos potenciais riscos e efeitos adversos do tratamento.

Uma iniciativa, que também vai para a sanção presidencial, também institui o dia 5 de julho como o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica, representado pela cor verde.

Outro projeto aprovado, o PL 4.676/2019, altera as normas de certificação de armazéns de produtos agropecuários. Pelo texto, a adesão dos armazéns ao sistema de certificação pública passa a ser voluntária. Isso permite criar um ambiente regulatório em que empresas de certificação privadas possam competir com o regime de certificação pública. A matéria vai à sanção presidencial. (Agência Brasil)

Municípios se comprometem a proteger crianças contra violência

Secretários e secretárias municipais de oito capitais brasileiras assinaram, na terça-feira (12), no Rio de Janeiro, a Carta do Rio por Cidades que Protegem Crianças e Adolescentes. O documento consolida o compromisso político entre os municípios participantes da Agenda Cidade Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para fortalecer a prevenção das violências urbanas. Assinam a carta: Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luis e São Paulo.

A carta foi assinada ao final do Encontro de Secretários Municipais da Agenda Cidade Unicef. O evento reuniu cerca de 100 gestores das áreas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos das oito cidades.

Juntas, essas capitais concentram mais de 7 milhões de crianças e adolescentes, muitas delas vivendo em territórios marcados por desigualdades profundas e exposição recorrente à violência.

“O compromisso firmado ocorre em um contexto alarmante: entre 2021 e 2023, essas oito capitais registraram mais de 2.200 mortes violentas de crianças e adolescentes, além de milhares de casos de violência sexual”, diz o Unicef.

A Carta do Rio reúne uma série de compromissos, como o fortalecimento da articulação intersetorial entre políticas públicas e a priorização orçamentária para

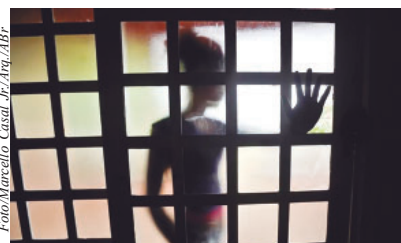


Foto: Marcello Casal Jr./Igor/ABR

crianças e adolescentes. O documento também trata do enfrentamento das desigualdades raciais, territoriais e de gênero e da implementação de mecanismos que evitem a revitimização de crianças e adolescentes, conforme previsto na Lei da Escuta Protegida.

A representante adjunta do Unicef no Brasil, Layla Saad, afirmou que a assinatura da carta representa uma decisão política estratégica diante da gravidade do problema. Para ela, enfrentar a violência contra crianças e adolescentes exige um compromisso claro dos gestores para desenhar e implementar políticas e programas de prevenção e proteção às violências.

“A nossa cooperação com essas cidades demonstra que a violência urbana não é inevitável e pode ser transformada para um conjunto de ações que pro-

tenham fim à normalização da violência, e no lugar promovam serviços públicos de qualidade e oportunidades de vida. Para o Unicef, proteger a infância não é apenas um imperativo moral, é uma decisão estratégica que se materializa na assinatura desta carta”, disse.

O secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro, Hugo Nepomuceno, disse que a parceria com o Unicef tem gerado avanços importantes na saúde, especialmente na atenção primária, com indicadores muito melhores hoje do que em 2021.

“Sete unidades da Pavuna já foram certificadas como Unidades Amigas da Primeira Infância, e estamos prontos para ampliar essa experiência para outras comunidades, fortalecendo a atenção primária e inspirando outras cidades a seguirem esse cami-

nho”, afirmou Nepomuceno.

Um dos eixos centrais do encontro foi o fortalecimento de políticas voltadas à primeira infância, reconhecida como etapa decisiva para a prevenção das violências e para a construção de trajetórias de desenvolvimento mais saudáveis ao longo da vida. As discussões destacaram que crianças pequenas são particularmente afetadas por contextos urbanos marcados por desigualdades, interrupção de serviços e racismo estrutural.

Outro destaque do encontro foi o papel da educação, da saúde e da assistência social na construção de respostas coordenadas às violências que atingem crianças e adolescentes. Em contextos urbanos expostos à violência armada, a interrupção desses serviços compromete a proteção integral e profunda ciclos de exclusão.

Durante os debates, os gestores discutiram caminhos para fortalecer a implementação da Lei da Escuta Protegida, com foco na articulação intersetorial, na qualificação dos fluxos de atendimento e na prevenção da revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A Carta do Rio reafirma o compromisso das capitais em estruturar mecanismos institucionais que garantam atendimento adequado, humanizado e integrado. (Agência Brasil)